



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

IÊDA SILVA DE CARVALHO

**IMPACTOS ECONÔMICOS NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO
DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: Uma
análise da percepção dos profissionais contábeis no município de
Senhor do Bonfim**

Senhor do Bonfim-BA

2014

IÊDA SILVA DE CARVALHO

**IMPACTOS ECONÔMICOS NA IMPLANTAÇÃO E MAUTENÇÃO
DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: Uma
análise da percepção dos profissionais contábeis no município de
Senhor do Bonfim**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia, Campus VII, Senhor do Bonfim – BA, Colegiado de Ciências Contábeis, como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Ariel Gustavo Letti

Senhor do Bonfim - BA

2014

IÊDA SILVA DE CARVALHO

**IMPACTOS ECONÔMICOS NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL: Uma análise da
percepção dos profissionais contábeis no município de Senhor do
Bonfim**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação - Campus VII.

_____/_____/_____

Data de aprovação

Banca examinadora

Prof. Ariel Gustavo Letti

(Orientador - UNEB)

Prof. Jorge Adriano Souza

(Examinador - UNEB)

Prof. Leandro Nascimento

(Examinador - UNEB)

Senhor do Bonfim - BA

2014

Dedico este trabalho ao meu pai (in memoriam) que sempre foi um exemplo de luta, de dignidade e perseverança. E também pela sua constante preocupação com os filhos e esposa, saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

Sem Deus nada conseguiríamos, nem existiríamos, então meu primeiro agradecimento é a Deus por tudo que me concedeste e permitiste.

A meu orientador, Ariel, por tudo que conseguiu me transmitir com tanta paciência e dedicação. A sua forma simples de falar dos nossos erros ou modificações que tanto são necessários ao nosso trabalho.

Agradeço a minhas filhas Larissa e Luana que sempre me apoiaram nesta luta depois de tantos anos sem estudar.

A meu esposo, Adilson, que sempre tentou não me atrapalhar em meus estudos e me incentivou a continuar lutando, mesmo depois de algumas decepções.

A minha mãe, D. Socorro, pelas palavras de incentivo e de força para não desistir.

A meus irmãos e minhas irmãs, que direta ou indiretamente, sempre ajudaram a continuar lutando pela conclusão deste curso.

Aos meus colegas de faculdade, Fátima, Fábio, Heitor, Jurandir, Bernardes, Marciana, Willderson, e todos os que sempre estiveram presentes na nossa luta que não foi fácil.

A todos os professores pela paciência com esta turma conversadeira.

E por último, agradeço a minha netinha, Alice, que nesta conclusão de curso surgiu para me dar mais incentivo a lutar e nunca desistir.

RESUMO

Através do SPED, a Receita Federal do Brasil, visa beneficiar os contribuintes com a redução de custos. O problema é que o custo para implantar e manter atualizado esse sistema é muito alto e as empresas enfrentam dificuldades para a sua adaptação. Esta pesquisa analisou através de nove empresas no município de Senhor do Bonfim, a percepção sobre viabilidade econômica do investimento com o SPED. A pesquisa foi feita no mês de novembro de 2014. A metodologia teve uma abordagem de natureza quantitativa se enquadrando como exploratória e bibliográfica. A ferramenta utilizada para coleta de dados foi um questionário contendo 19 questões objetivas aplicadas aos profissionais contábeis responsáveis pelas nove empresas selecionadas. Após o estudo, conclui-se que o impacto econômico com o SPED foi negativo nessas empresas. Entre as dificuldades econômicas destacam-se o alto investimento em tecnologia e a capacitação profissional, porém foram beneficiadas com a redução de custos com papel.

Palavras-chave: SPED; Tecnologia; Custos

ABSTRACT

Through the SPED, the IRS of Brazil, aims to benefit taxpayers with the cost reduction. The problem is that the cost to deploy and update this system is very high and companies are struggling to adapt. This research analyzed by nine companies in the city of Senhor do Bonfim, perceptions of economic viability of the investment with the SPED. The survey was conducted in November 2014. The methodology had a quantitative approach to framing as exploratory and literature. The tool used for data collection was a questionnaire containing 19 objective questions applied to the responsible accounting professionals the nine selected companies. After the study, it is concluded that the economic impact with SPED was negative in these companies. Among the economic difficulties we highlight the high investment in technology and professional training, but have benefited from the reduction of paper costs.

Keywords: SPED; technology; costs

LISTA DE ABREVIATURASSIGLAS

CRC – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

(ENCAT) – ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES E ADMINISTRADORES TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS

EFD – ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

ERP – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL

ICP-BRASIL – INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS

ITI – INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NF-e – NOTA FISCAL ELETRÔNICA

RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

TI – TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Análise das Despesas com a implantação e manutenção do SPED | 29 |
| Tabela 2 – Análise das Despesas, Investimentos e Redução de Custos | 30 |
| Tabela 3 - Análise da redução e investimento com a implantação do SPED | 32 |
| Tabela 4 – Análise da Capacitação Profissional e impactos do SPED | 33 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1 ESCRITURAÇÃO | 11 |
| 2.1.1 Escrituração Contábil | 12 |
| 2.1.2 Escrituração Digital (SPED) | 13 |
| 2.2 IMPLANTAÇÃO DO SPED | 16 |
| 2.2.1 Certificado Digital | 17 |
| 2.2.2 Investimentos Tecnológicos | 17 |
| 2.2.3 Manutenção do Sistema | 18 |
| 2.2.4 Capacitação Profissional | 19 |
| 2.2.5 Sistema de Gestão Integrado - SGI | 20 |
| 2.2.6 Benefícios econômicos esperados com o SPED | 21 |
| 2.2.7 Dificuldades esperadas com o SPED | 22 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 25 |
| 3.1 TIPO DE PESQUISA | 25 |
| 3.2 LEVANTAMENTOS DA POPULAÇÃO E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA | 26 |
| 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS | 26 |
| 4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS | 28 |
| 5 CONCLUSÕES E RESULTADOS | 35 |
| REFERÊNCIAS | 38 |
| APÊNDICE | 3 |

1 INTRODUÇÃO

A escrituração contábil foi a primeira e uma das mais importantes técnicas contábeis desenvolvidas no mundo. É através da escrituração contábil que são desenvolvidas as técnicas de demonstração, análise e auditoria, fornecendo informações sobre o patrimônio de determinada empresa às pessoas interessadas.

A Tecnologia Digital é uma realidade e a prova disto é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), no qual os livros contábeis são emitidos eletronicamente a partir de uma única base, permitindo que todas as informações sejam vistas por vários órgãos.

O SPED surgiu para beneficiar os contribuintes através de informações claras e objetivas, economizando papel e o seu armazenamento e tornando o trabalho mais rápido e eficaz. Porém, trouxe também muitas dificuldades como a necessidade de investimento em equipamentos eletrônicos, softwares e treinamento de pessoal. O presente estudo norteou-se pelo seguinte questionamento: Os investimentos das empresas com a implantação e a manutenção do Sistema Público de Escrituração Digital estão sendo compensados economicamente pela redução de custos?

Para tanto, foram formuladas as seguintes hipóteses: a) Sim, pois os benefícios com a eliminação do uso de papel e a redução de despesas com armazenamento físico de arquivos são superiores ao custo do investimento; b) Não, pois os investimentos em tecnologia e capacitação profissional são maiores que as economias geradas com a escrituração digital.

Tais hipóteses fundamentam o objetivo geral que consiste em:

- analisar a viabilidade do investimento com o SPED.

Quanto aos objetivos específicos, estes estão assim definidos:

- investigar as despesas relacionadas com a manutenção do SPED;
- analisar os gastos com a escrituração antes e depois da implantação do SPED;
- verificar se os gastos foram compensados pela redução dos custos.

Para que haja a substituição, a eliminação do manuseio e o arquivamento dos documentos em papel com segurança e sustentabilidade, faz-se necessário a assinatura digital nos arquivos eletrônicos. A certificação digital permite que a

pessoa crie, assine e armazene no meio digital, todos os documentos contábeis, evitando assim, a perda de tempo com os arquivos físicos e também proporciona uma grande economia de papéis.

Uma boa forma de reduzir os custos é a integração da empresa em um sistema de gestão, desta forma, ela fica preparada para cumprir as exigências do fisco e organiza as informações necessárias de forma integrada, evitando as transmissões manuais e diminuindo o risco de multas.

O SPED tem como objetivo proporcionar uma maior comunicação entre os órgãos fiscalizadores e os contribuintes, e também, a determinação e redução das obrigações acessórias para os contribuintes. A importância do presente trabalho está na possibilidade de analisar se houve ou não uma redução de custos na implantação do SPED, visto que, este questionamento é pouco discutido em pesquisas científicas. Assim, pretende-se contribuir para preencher esta lacuna existente de trabalhos acadêmicos sobre os impactos econômicos na implantação e na manutenção do SPED.

A metodologia será uma pesquisa de abordagem quantitativa, do tipo exploratória e bibliográfica, utilizando o método de estudo de caso, por meio de aplicação de questionário à profissionais contábeis de nove empresas em senhor do Bonfim-BA.

A expectativa é que o SPED irá abranger as pequenas e médias empresas, obrigando-as a investirem em tecnologia e capacitação profissional para atender as obrigações acessórias e evitar riscos. A implantação e manutenção deste sistema geram dificuldades devido ao elevado custo do investimento, mas podem trazer boas oportunidades de negócios, desde que haja também, a implantação de um sistema de gestão integrado, reduzindo assim, os custos com o desenvolvimento e a manutenção de sistemas separados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os seguintes tópicos: o surgimento da escrituração contábil manual e a criação da escrituração digital; a implantação do SPED, a importância da aquisição do certificado digital e de um sistema de gestão integrado, a importância dos investimentos tecnológicos e da capacitação profissional e os benefícios e dificuldades esperados com a implantação do SPED.

2.1 ESCRITURAÇÃO

A escrituração contábil surgiu gradativamente, mas sabe-se que desde a era primitiva a noção de conta já existia. O homem sempre tentou controlar e registrar o seu patrimônio, fosse contando quantos instrumentos de pesca e caça tinha ou a quantidade de rebanhos que possuíam. O primeiro registro feito pelo homem advém da Mesopotâmia (atual Iraque) onde as escriturações contábeis eram feitas em papiros (SÓ CONTABILIDADE, 2014, p.1).

Os primeiros instrumentos utilizados pelos contadores há 3.500 anos foram varetas e pequenas bolas, porém a versão chinesa é a mais conhecida há 2.600 anos. A primeira máquina de calcular surgiu em 1642, depois veio a máquina Ellis em 1901 e a primeira máquina de escrever data de 1938, logo após sendo substituída pelo computador. (SÓ CONTABILIDADE, 2014, p.1).

Segundo Sérgio Ludícibus (2000, p. 30):

a preocupação com as propriedades e a riqueza é uma constante no homem da antiguidade (como hoje também o é), e o homem teve de ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram desenvolvendo-se em dimensão e em complexidade.

Esta afirmação leva a refletir que a escrituração contábil vive em constante evolução e que a nova era tecnológica obriga as empresas, contadores e contribuintes a acompanhar o desenvolvimento dos sistemas de informação e a sobrevivência das empresas está condicionada a modernização da sua contabilidade atingindo assim seus objetivos.

2.1.1 Escrituração Contábil

A escrituração contábil é o registro dos fatos econômicos que ocorrem nas empresas e podem ser feitos manualmente, mecanicamente ou por meio eletrônico (BRASIL, 1969), utilizando os processos de Partidas de Diário e Partidas de Razão. (SÓ CONTABILIDADE, 2014, p.1).

O Código Civil, aprovado pela lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, em seus arts. 1.179, 1.180 e 1.183, estabelecem que:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresaria são obrigados a seguir um sistema de contabilidade mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Art. 1.180. Além do demais livro exigido por lei é indispensável o diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

Art.1.183. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

Parágrafo único. É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado.

O art. 970 a que se refere o § 2º do art. 1.179 define que “A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes”. (BRASIL, 2002).

Todas as empresas são obrigadas a escriturar os livros exigidos pelo fisco, seja qual for o ramo de atividade, ficando apenas excluídos as microempresas e as empresas de pequeno porte. (RFB, 1999a, Art.190, § único, III).

Os Livros Obrigatórios são os livros exigidos por lei específica (social, comercial, fiscal). Os principais livros de escrituração são: Livro Diário, Livro de Registro de Duplicatas, Livro de Registro de Inventário, Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e o Livro Razão. (DEPAULA, 2014).

Todas as empresas tem sua contabilidade composta por livros, documentos, registros e papéis que dão apoio a escrituração contábil, podendo através deles comprovar os fatos e atos que originaram os lançamentos contábeis.

Conclui-se que, os atos e fatos ocorridos na empresa só poderão ser devidamente escriturados com o respectivo documento que prove a veracidade do lançamento.

2.1.2 Escrituração Digital (SPED)

O Sistema Público de Escrituração Digital é a escrituração de livros e documentos fiscais de forma eletrônica. Foi criado pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007. É um projeto estabelecido pelo Governo dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em que todas as informações tributárias são vistas por diversos órgãos públicos e profissionais da contabilidade (RFB, 2013b, Art.2º, §1º).

De acordo com o art. 2º do Decreto nº 6.022/2007, o SPED tem a seguinte definição:

SPED é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado de informações.

O SPED tem como objetivos racionalizar e simplificar as obrigações acessórias, uniformizar as informações fiscais e contábeis, tornar a fiscalização mais rápida e fácil através do cruzamento de dados, garantir o acesso às informações e a redução de custos para os contribuintes (RFB, 2014c).

Por determinação da Receita Federal, os livros obrigatórios e auxiliares da empresa que antes eram impressos, agora serão substituídos pelo formato digital e abrangerá todos os órgãos Federais, Estaduais e Municipais (RFB, 2014d).

Os documentos e os livros escriturados digitalmente possuem a garantia de validade jurídica através da certificação digital. Esta certificação possibilita também identificar o autor de uma atividade e garante a integridade da informação (RFB, 2013e).

Os subsistemas do SPED são: ECD (Escrituração Contábil Digital), EFD (Escrituração Fiscal digital), NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico), FCONT (Escrituração das Contas Patrimoniais e de Resultado), NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica), EFD-Contribuições e ECD (Escrituração Fiscal Digital). (RFB).

Logo no início o SPED era composto por três projetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e NF-e. Hoje está sendo produzido o EFD- Contribuições e a ECD – Escrituração Contábil Digital, e mais três estão em estudo: EFD-Social, e-Lalur e a Central de balanços. (RFB, 2014f).

A ECD – Escrituração Contábil Digital tem como objetivo substituir a escrituração em papel pela escrituração digital e é transmitida via arquivo. Os livros obrigatórios do projeto ECD são:

- Livro Diário e seus auxiliares;
- Livro Razão e seus auxiliares;
- Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórios dos assentamentos neles transcritos (RFB, 2014g).

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787/07, estão obrigadas a adotar a ECD:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Portanto, a partir do ano-calendário 2009, estão obrigadas ao SPED Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real. Para as outras sociedades empresárias a ECD é facultativa. As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação. (RFB).

A Receita Federal define a EFD – Escrituração Fiscal Digital como um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte e que este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED (RFB, 2014h).

Segundo a nova redação do § 2º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 25/12, com efeitos a partir de 09/04/2012, a obrigatoriedade EFD aplica-se a todos os estabelecimentos dos contribuintes dos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Sergipe, a partir de 1º de janeiro de 2014, podendo ser antecipada a critério de cada uma desses estados.

De acordo com a Secretaria da Fazenda a NF-e também tem como objetivo eliminar a emissão de nota fiscal em papel por nota fiscal eletrônica, contribuindo assim para a preservação do meio ambiente (RFB, 2014i).

A NF-e foi desenvolvida de forma integrada pelas secretarias da Receita Federal e de Fazenda dos Estados, e a responsabilidade e coordenação do Projeto são do (ENCAT) – Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (RFB, 2014j).

Segundo as secretarias da receita Federal e de fazenda dos Estados estão obrigadas a emissão de Nota Fiscal Eletrônica todas as empresas contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de julho de 2015 no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

São obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido, exceto:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

(Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB no 1.306, de 27 de dezembro de 2012.

Há que se ressaltar que, caso a pessoa jurídica tenha Sociedades em Conta de Participação (SCP), cada SCP deverá preencher e transmitir sua própria ECF, utilizando o CNPJ da pessoa jurídica que é sócia ostensiva e um código criado pela própria pessoa jurídica para identificação de cada SCP de forma unívoca. (RFB).

2.2 IMPLANTAÇÃO DO SPED

A implantação do SPED ainda é um grande desafio para as empresas, principalmente para as de pequeno porte, pois o investimento em equipamentos e tecnologia é muito alto, assim como o gasto com capacitação profissional e a manutenção dos sistemas de informação também, visto que as alterações no projeto SPED são constantes, exigindo assim treinamento contínuo de seus funcionários e assistência de terceiros para acompanhar a evolução do SPED com eficiência (RUSCHEL et al, 2011).

A presença de um profissional em contabilidade capacitado na área é imprescindível para o cumprimento das obrigações fiscais, pois a quantidade de informações exigidas pelo SPED é muito grande (FILHO et al, 2013).

O SPED foi implementado através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que é um programa de desenvolvimento que tem por objetivo promover a aceleração do crescimento econômico do país, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, com o intuito de remover obstáculos administrativos e burocráticos ao crescimento econômico e também proporcionar melhor ambiente de negócios para o país e a redução do Custo Brasil (série de dificuldades burocráticas e econômicas que encarecem o investimento no Brasil), promovendo a modernização dos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral. (RFB, 2014I).

2.2.1 Certificado Digital

O Instituto de Tecnologia da Informação (ITI) é uma empresa vinculada à Casa Civil da presidência da república, que tem como objetivo estimular as pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico para o crescimento da cidadania digital.

O ITI descreve o Certificado digital da seguinte forma: o certificado digital ICP-Brasil funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor de uma mensagem ou transação feita em meios eletrônicos, como a web. Esse documento é gerado e assinado por uma terceira parte confiável, ou seja, uma Autoridade Certificadora (AC) que, seguindo regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associa uma identidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas. O certificado contém os dados de seu titular conforme detalhado na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora. O órgão que mais utiliza o certificado digital é a Receita Federal do Brasil, proporcionando ao contribuinte comodidade e agilidade, e sempre garantindo o sigilo fiscal. (FENANCON, 2012, p.14).

O SPED Contábil (ECD) através de um programa disponível importa o livro Diário que é assinado pelo contador e pelo representante legal (RFB, 2014m). Já o SPED Fiscal (EFD) as empresas enviam sua escrituração fiscal para o fisco por meio de arquivos eletrônicos que são validados através da certificação digital (RFB, 2014n). A NF-e já está implantada na maioria das empresas e facilitará bastante a fiscalização do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), (RFB, 2014m).

O Certificado Digital tem validade jurídica na sua utilização e as empresas que utilizam são bastante conceituadas na rede mundial de computadores, facilitando as realizações de suas transações comerciais feitas virtualmente, pois a identificação do responsável é precisa e segura, mesmo que o interessado não esteja presente fisicamente. (FENACOM, 2012, p.32-33).

2.2.2 Investimentos Tecnológicos

O fluxo constante de inovações na tecnologia de informação está levando empresas de todo o Brasil a investirem cada vez mais nesta área. O SPED obriga as

empresas a investirem em hardware e software para os sistemas de informação e também em equipamentos de telecomunicação, desta forma consegue cumprir fielmente suas obrigações tributárias e atingem um dos objetivos do programa que é o aumento da arrecadação e a diminuição da sonegação fiscal. (CIGAM, 2014).

Segundo pesquisa feita pelo DCI- Diário Comércio Indústria & Serviços (2013), escritórios de contabilidade é o setor que mais investe em Tecnologia de Informação e softwares para acompanhar as evoluções do SPED. (DCI, 2013).

A empresa CIGAM (Controle Integrado de Gestão Administrativa Modular) é uma das cinco maiores empresas de software de gestão empresarial no Brasil. Com 25 anos de existência proporciona as empresas de grande, médio e pequeno porte o desenvolvimento de software, oferecendo soluções produtivas e o crescimento destas empresas. Foi criada na cidade de Novo Hamburgo por Robinson Oscar Klein e Luís Rogério Dupont em 1986 e o seu principal produto é a ERP (Enterprise Resource Planning - Sistema integrado de gestão empresarial) que é um software utilizado pelas empresas para melhorar sua gestão, facilitando o trabalho de diferentes departamentos pela sincronia oferecida, evitando assim perda de informação, eliminando a perda de tempo e reduzindo os custos. Atualmente, Luís Rogério Dupont é o diretor de Produto e Tecnologia da CIGAM.

Segundo Dupont é comum às empresas investirem em melhorias do seu hardware, pois a maioria não atende aos requisitos mínimos para rodar um ERP (Enterprise Resource Planning - Sistema integrado de gestão empresarial), e aquelas que já possuíam ERP também precisam investir para suportar as novas versões que contemplam a NFe. Normalmente, há necessidade de processador de dois núcleos, 2 GB de memória RAM e rede com 100 Mbits. (DUPONT, 2014).

Conclui-se que, as empresas que pretendem ter uma boa adaptação a este projeto precisam investir num software que esteja ajustado a legislação do SPED e ter uma internet muito rápida e eficiente para suportar as constantes alterações do SPED.

2.2.3 Manutenção do Sistema

As empresas estão sempre à procura de melhorias em seus processos para atingir seus objetivos. A manutenção de seu sistema de informação sempre foi uma

preocupação das organizações, porém depois da implantação do SPED passou a ser um fator relevante e de suma importância.

Segundo Mirshawka; Olmedo (1993, p.14):

manutenção é o conjunto de atividades e recursos aplicados aos sistemas ou equipamentos, visando garantir a consecução de sua função dentro de parâmetros de disponibilidade, de qualidade, de prazos, de custos e de vida úteis adequados.

Para que a manutenção seja eficiente e relevante é necessário à aquisição de máquinas e equipamentos de alta tecnologia e a implantação de um bom sistema de gestão ou ERP (Sistema integrado de gestão empresarial), possibilitando a integração entre todos os setores da empresa.

A manutenção previne possíveis falhas que possam vir a ocorrer nas máquinas e equipamentos, como a troca de componentes danificados pelo tempo. É preciso controlar e planejar a manutenção, tornando-a extremamente eficaz. Não adianta ter equipamentos de última geração e um bom sistema de gestão se não existir a manutenção constante. O SPED está em fase de ajustes e as empresas precisam estar preparadas para acompanhar esta evolução.

2.2.4 Capacitação Profissional

Diante da dimensão que o SPED está tomando, a qualificação e capacitação dos empresários e profissionais de contabilidade, devem ser renovadas sempre, por mais caros e difíceis que venham a ser, deve-se dar prioridade a esta questão, pois são gastos inevitáveis. É muito importante que os empresários e profissionais contábeis se atualizem, pois as alterações nas legislações vigentes são constantes, desta forma os riscos de multas e informações imprecisas antes de serem enviadas à Receita Federal serão bem menores. (OLIVEIRA et al, 2014).

A capacitação profissional em relação ao SPED é a preparação, o estudo, a prática e a experiência das pessoas para aplicar seus conhecimentos de forma adequada às solicitações requeridas por este projeto. O SPED exige uma busca incessante por novos conhecimentos por estar frequentemente com novas versões evitando assim, falhas na escrituração contábil e fiscal da empresa. (JUNIOR et al, 2011).

As informações que serão enviadas ao Sped é de responsabilidade da empresa, o profissional contábil apenas transmite essas informações, mas o profissional contábil esclarecido sabe que assinará digitalmente junto com o empresário ou responsável pela empresa, ficando desta forma tão responsável quanto o empresário. É na empresa que nasce as informações precisas e o contador apenas transmite. Segundo a lei do plano Diretor do Sped, a prestação e envio dos arquivos em meios magnéticos é da empresa.

Segundo presidente do CRC/SP, Filippi, (DCI, 2014), “O conhecimento profissional é necessário para atender às novas exigências do Fisco” e mais: “Caso ocorra algum atraso ou divergência de informação, são as próprias empresas que podem ser penalizadas”.

Este é um dos motivos porque os empresários e seus funcionários também tem que estar capacitados e qualificados. O SPED mostra-se cada vez mais exigente e a qualificação profissional torna-se inevitável, evitando assim, as penalidades previstas.

2.2.5 Sistema de Gestão Integrado - SGI

Vários são os tipos de sistemas de gestão, alguns sistemas de gestão funcionam de forma independente, como gestão ambiental, gestão de segurança, gestão de qualidade ou gestão de responsabilidade social. Nos últimos anos o sistema mais utilizado pelas organizações é o sistema de gestão integrado que procura unir todos os sistemas dentro de uma empresa facilitando a rotina do dia-a-dia dos funcionários e empresários. É uma forma de integrar os procedimentos, os processos e as práticas adotadas por uma organização de forma unificada, atingindo as metas com muito mais eficiência.

O SGI tem como objetivo diminuir a burocracia, reduzir os custos e aumentar a competitividade da empresa, só que, para que isto seja possível, é necessário que seja implementado corretamente e se isto não acontecer, a organização terá a impressão de funcionar unificadamente, mas na verdade funcionará de forma independente e o custo continuará alto e a burocracia continuará aumentando.

Roberto Dias Duarte, especialista em SPED no Brasil, professor, administrador de empresas e presidente e sócio do Conselho da NTW Franchising, a

maior rede de franquias contábeis, afirma que empresas que possuem um sistema integrado de gestão e profissionais criativos, qualificados e éticos irão se adaptar muito bem ao SPED, beneficiando a empresa com a redução dos custos e a criação de novos serviços logísticos. Ao contrário daquelas que não possuem, tornando-se incapazes de competir com profissionais sérios, criativos e inovadores que tem como base as informações fornecidas pela ERP. (ABC71, 2010).

Isto leva a refletir que as empresa que não adotarem um sistema de gestão integrado juntamente com profissionais capacitados, dificilmente irá a competir com as que já possuem.

2.2.6 Benefícios econômicos esperados com o SPED

A implantação do SPED trouxe muitos desafios aos empresários e profissionais da contabilidade, mas trouxe também muitos benefícios, embora existam ainda muitas dúvidas sobre o projeto e seus ajustes constantes. (JUNIOR et al, 2011).

De acordo com o governo federal, muitos são os benefícios esperados com a implantação do SPED, tanto para os contribuintes como para a sociedade e para o próprio governo. (CASAROTTO, 2010).

Neste trabalho serão abordados os benefícios econômicos para os contribuintes alcançando assim o seu objetivo geral que é analisar a viabilidade do investimento com a implantação do SPED nas empresas em geral.

A partir das vantagens apresentadas pela Receita Federal com a implantação do SPED podem-se identificar alguns benefícios econômicos:

- Redução de custos com dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Redução de custos administrativos. (RFB, 2014n).

Sendo assim, o armazenamento de documentos de forma eletrônica é mais seguro, prático, flexível e confiável, diminuindo os gastos com a manutenção de documentos em papéis com o seu armazenamento.

As obrigações acessórias são ações que facilitam o trabalho da fiscalização, como por exemplo, a emissão de uma nota fiscal ou o cuidado para não rasurar os livros fiscais da entidade. São também obrigações tributárias previstas em lei (ALEXANDRE, 2010, p.276). A intenção do governo é de reduzir a grande quantidade de obrigações a que estão sujeitas as empresas em geral trazendo benefícios não só para o governo, mas também para os contribuintes, porem é necessário o máximo de cuidado e atenção na entrega destas obrigações, visto que, se não forem entregues no prazo, as multas são exorbitantes (RFB, 2010o).

Se o SPED estiver corretamente instalado, uma das premissas do governo federal é de que haja uma economia muito grande de custos administrativos. A redução de mão-de-obra trabalhadas na escrituração e conferência de documentos fiscais e contábeis, no armazenamento dos documentos são economias esperadas com o SPED devido à rapidez do programa.

A perspectiva do governo federal é que, tanto a estrutura administrativa tributária (Fisco) quanto à estrutura financeira das empresas melhorem cada vez mais, aumentando a arrecadação dos impostos e reduzindo os custos dos contribuintes.

2.2.7 Dificuldades esperadas com o SPED

Assim como foram abordados os benefícios esperados, abordam-se aqui também as dificuldades econômicas esperadas com o SPED.

A maior dificuldade esperada com a implantação do SPED é a capacitação profissional. Os custos com treinamentos constantes de pessoal e equipes internas são muito altos e quem mais sente estes impactos são as pequenas e micro empresas, pois os ajustes deste projeto são frequentes e manter seus funcionários sempre atualizados gera custos. Na verdade as pequenas e micro empresas não possuem equipes internas para atender as demandas do Fisco, mas não adianta, quem não tem mão de obra preparada dificilmente conseguirá atender as exigências deste projeto.

Os investimentos em tecnologia é outra dificuldade esperada. O SPED exige um hardware com capacidade bem maior do que o normal e as empresas terão que investir cada vez mais em TI para suportar as novas versões e aumentar as informações em seus computadores, conseguindo desta forma, cumprir com suas obrigações tributárias.

A Prosoft Tecnologia é uma empresa privada localizada na cidade de São Paulo e há mais de 25 anos que desenvolve soluções completas para gestões empresariais, embasadas em recursos de tecnologia da informação, sempre atualização com a legislação fiscal. A Prosoft têm ajudado as empresas a atender as demandas do SPED. Segundo Meni 2012,

As mudanças impactaram pesadamente o segmento das empresas de software, demandando um nível de recursos e soluções sem precedentes nas últimas duas décadas e absolutamente necessários para as empresas contábeis, levando-nos, inclusive, a majorar preços, quando se comparam os conjuntos de soluções oferecidas, frente à magnitude das mudanças. Em momentos como este, elevar o nível dos serviços prestados é sinônimo de redução de riscos de incidência de multas e penalidades por falhas e atrasos, além de ajudar a melhorar sua comunicação com as empresas, facilitando o trabalho e o fluxo de informações e documentos entre as partes

O impacto do SPED se reflete também nas grandes empresas de software e elas estão lutando para acompanhar as evoluções e deixar seus clientes satisfeitos e em dia com o projeto.

As empresas terão que se adaptar, pois as implicações legais são muitas e vão desde multas por não apresentar os arquivos até ficar impedido de emitir notas fiscais (JUNIOR et al, 2011).

Segundo a Lei nº 8.137/90, que disciplina os crimes contra a ordem tributária, os contribuintes que não se adaptarem ao SPED estarão violando o Artigo 1º desta lei:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de

serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V. (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, espera-se que o Sped traga muitos benefícios econômicos para as empresas em geral, mesmo sabendo que o período de adaptação será difícil. A importância do investimento em tecnologia, capacitação profissional, manutenção de máquinas e equipamentos e um sistema de gestão integrado é muito grande, pois estes fatores podem influenciar bastante na perfeita adaptação desse sistema.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para uma melhor compreensão dos procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa, este capítulo apresenta o tipo de pesquisa, levantamento da população estudada e definição da amostra e procedimentos para a coleta dos dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a viabilidade dos investimentos das empresas com a implantação do SPED, e será desenvolvida uma pesquisa exploratória.

De acordo com Silva (2008, p.59) a pesquisa exploratória tem como objetivo: "... proporcionar maior familiaridade com o problema, para torna-lo mais explícito ou para construir hipóteses".

Quanto aos procedimentos foi adotada como estratégia uma pesquisa de estudo de caso, com visita a três escritórios de contabilidade e uma breve entrevista aos contadores, sendo definidas três empresas em cada escritório que implantaram o SPED no município de Senhor do Bonfim.

Para Martins e Theóphilo (2009, p.62):

O perfilhamento do estudo de caso legitima-se quando permite uma imersão profunda na realidade social, onde a sua plenitude não é alcançada por meio de amostragem e avaliação quantitativa. Desta forma, conclui-se que, é preciso o máximo de cuidado na condução de um estudo de caso na hora de construir sua pesquisa, principalmente na adoção de técnicas para coleta de dados.

Para Gil (1999, p. 120) "a entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso".

Quanto aos procedimentos técnicos foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica por se tratar de uma discursão sobre um problema que tem como base referências teóricas que já foram publicadas em livros, artigos científicos, revistas e sites.

Com o propósito de alcançar o objetivo desta pesquisa adotou-se o método quantitativo como apoio pelo fato de quantificar dados e opiniões na hora da coleta de dados.

De acordo com Rodrigues (2007, p.9): “A pesquisa quantitativa traduz em números as opiniões e informações para serem analisadas e classificadas utilizando-se de técnicas estatísticas”.

Para Beurem (2008), a abordagem quantitativa: “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

3.2 LEVANTAMENTOS DA POPULAÇÃO E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra pesquisada é composta por nove empresas localizadas no município de Senhor do Bonfim que implantaram o SPED, seis microempresas e três empresas de pequeno porte.

A ferramenta utilizada para coleta de dados foi um questionário contendo 19 questões objetivas aplicadas aos profissionais contábeis responsáveis pelas nove empresas selecionadas. Após coleta de dados foi adicionada mais uma questão sobre a implantação de um Sistema de Gestão Integrado nas empresas, uma questão bastante necessária para o apoio das análises e conclusões desta pesquisa. Elaborou-se o questionário com base nas variáveis apontadas pelo referencial teórico, buscando-se identificar os custos e os benefícios destas empresas com a implantação do SPED.

Optou-se por esse tipo de pesquisa pelo fato de existir dificuldades em relação a tempo disponível dos profissionais contábeis. Em relação à quantidade de empresas pesquisadas, selecionaram-se seis microempresas (ME) e três empresas de pequeno porte (EPP) para observar o impacto econômico em cada uma delas.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com 19 questões objetivas que foi aplicado aos profissionais contábeis de três escritórios no município de Senhor do Bonfim, realizou-se também uma breve entrevista com

esses profissionais antes da aplicação do questionário. Após aplicação deste questionário e entrevista, realizou-se mediante contato telefônico, mais uma questão muito importante sobre a aquisição de um Sistema de Gestão Integrado nas empresas pesquisadas, questão muito importante para a conclusão do estudo.

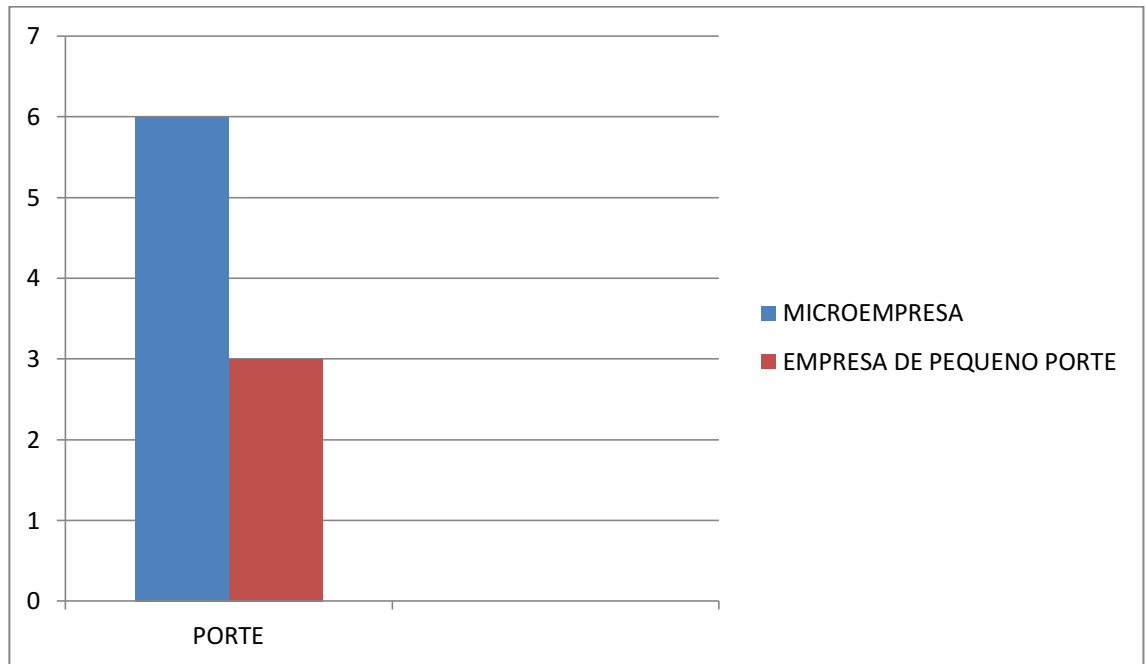
A coleta de dados ocorreu no mês de novembro de 2014. O questionário aplicado refere-se adaptação do utilizado por Silva Filho et al (2013), com acréscimo de algumas questões.

O questionário refere-se a perguntas relacionadas ao investimento das empresas na implantação e manutenção do SPED, os benefícios obtidos e se os custos gerados foram compensados com a redução de despesas.

Com base nas variáveis apontadas no referencial teórico, buscou-se através do questionário, analisar a viabilidade do investimento SPED: gastos com a implantação, despesas com manutenção e se realmente houve redução de custos com a sua implantação.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Nas duas primeiras questões, identificaram-se as atividades principais das nove empresas pesquisadas e o seu porte.



Quatro microempresas tem como atividade principal a prestação de serviços, outras quatro empresas tem como atividade principal o comércio varejista, sendo duas microempresas e duas de pequeno porte. E uma empresa de comércio atacadista de pequeno porte.

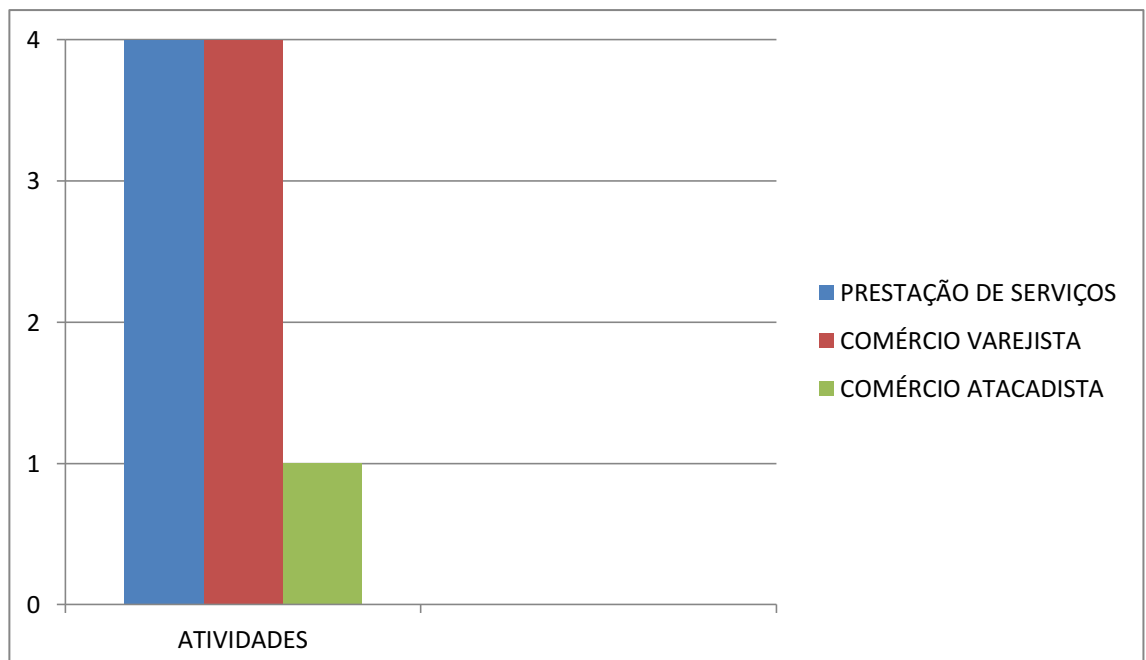


Tabela 1 – Análise das Despesas com a implantação e manutenção do SPED

| EMPRESAS | AUMENTO DE HORAS | | AUMENTO DE INVESTIMENTO EM TI | | AUMENTO EM MANUTENÇÃO DE MAQS.E EQUIPAMENTOS | | AUMENTO DE HONORÁRIOS CONTÁBEIS | |
|-------------------|------------------|------------|-------------------------------|------------|--|-----|---------------------------------|------------|
| | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 1 – ME | X | | | X | X | | | X |
| 2 – ME | | X | | X | X | | | X |
| 3 – ME | | X | | X | X | | | X |
| 4 – ME | X | | | X | X | | X | |
| 5 – ME | X | | | X | X | | | X |
| 6 – ME | | X | X | | X | | X | |
| 7 – EPP | X | | | X | X | | X | |
| 8 – EPP | X | | | X | X | | X | |
| 9 – EPP | X | | X | | X | | | X |
| PERCENTUAL | 67% | 33% | 22% | 78% | 100% | | 44% | 56% |

Devido ao possível aumento de serviços prestados em função do cumprimento das obrigações tributárias pós SPED, questionou-se se houve aumento de horas trabalhadas nas empresas pesquisadas. Considerando as nove empresas pesquisadas, o resultado mostra que em 67% das empresas houve aumento de horas trabalhadas para o fiel cumprimento das obrigações, enquanto em 33% não houve nenhum aumento. Verifica-se que este aumento não ocorreu em três microempresas, tendo ocorrido nas demais empresas.

Para a implantação do SPED existe a necessidade de um software de alta potência para suportar as novas e constantes versões do projeto, sendo assim, foi questionado aos participantes, se os sistemas e a infraestrutura da tecnologia de informação é a mesma utilizada antes do SPED. A maioria, 78% das empresas optou por não realizar esse tipo de investimento, e os equipamentos continuam sendo os mesmos. Foram apenas feitas adaptações no sistema de informação para atender as exigências do fisco. Apenas uma microempresa e uma empresa de pequeno porte investiram em tecnologia de informação para implantação do SPED.

Em entrevista, um dos contadores informou que é difícil a implantação do SPED sem investimento em TI, isto seria quase impossível, visto que os programas exigem software de alta potência e por isto os pequenos empresários sentem tanta dificuldade para adaptação deste projeto.

A manutenção das máquinas e equipamentos sempre foi uma constante nas empresas pesquisadas, mesmo antes do SPED. Identificou-se que 100% das

empresas pesquisadas investem em manutenção de máquinas e equipamentos e que existe uma grande preocupação quanto a falhas que possam vir a acontecer no sistema de informação. Isso justifica o alto investimento neste serviço.

Segundo um dos contadores entrevistados, a maior parte dos profissionais da área de informática não está preparada para acompanhar ou mesmo para implantar o SPED. Aqueles que estão preparados cobram muito caro pelo assessoramento devido ao fato do SPED estar sempre sofrendo alterações em suas versões e, por isso, necessidade de manutenção constante.

O profissional contábil é tão responsável pela transmissão de informações quanto o representante legal da empresa. Sabe-se que o profissional contábil é o responsável pela importação e envio do SPED, não permitindo que seu cliente seja alvo de multas devido atraso das obrigações tributárias e acessórias, mesmo sabendo que o empresário é tão responsável quanto ele. Por isso, na questão 6 foi questionado se houve aumento com honorários contábeis.

Para a maior parte das empresas, 56%, não houve aumento nos honorários contábeis, apesar de terem aumentado os serviços prestados.

Por outro lado, em 44% das empresas houve aumento de honorários contábeis. Um dos entrevistados informou que apesar de ter aumentado o volume de serviço prestado aos clientes, seus honorários não aumentaram, pois, segundo o entrevistado, seus clientes não aceitariam pagar mais por seus honorários.

Tabela 2 – Análise de Despesas, Investimentos e Redução de Custos

| EMPRESAS | AUMENTO DE FUNCIONÁRIOS | | INVESTIMENTO EM ARQUIVO DIGITAL | | REDUÇÃO DE CUSTOS DE PAPEL | | REDUÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS | |
|-------------------|-------------------------|------------|---------------------------------|-----|----------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 1 – ME | | X | X | | X | | X | |
| 2 – ME | X | | X | | X | | X | |
| 3 – ME | | X | X | | | X | | X |
| 4 – ME | X | | X | | | X | | X |
| 5 – ME | X | | X | | X | | X | |
| 6 – ME | X | | X | | X | | X | |
| 7 – EPP | X | | X | | X | | X | |
| 8 – EPP | X | | X | | X | | X | |
| 9 – EPP | | X | X | | X | | X | |
| PERCENTUAL | 67% | 33% | 100% | | 78% | 22% | 22% | 78% |

Com a implantação do SPED a tendência é que haja o aumento de funcionários para o fiel cumprimento das obrigações tributárias e acessórias. Nesta questão, identificou-se que em 67% das empresas houve a necessidade do aumento de pessoas responsáveis pelo SPED. Apenas duas microempresas e uma de pequeno porte, responderam que não houve necessidade de contratar pessoas na implantação do SPED.

Questionou-se também se a empresa teria adotado melhorias no arquivamento de documentos digitais. Todas as empresas responderam que sim, houve investimento para a perfeita qualidade deste serviço.

Observa-se nesta questão uma contradição de informações, visto que, abordou-se aos respondentes sobre os investimentos em tecnologia de informação e apenas 67% das empresas pesquisadas responderam que sim, que houve aumento de investimento nessa área. Porém, quando questionou-se se houve investimento na melhoria do arquivamento digital, 100% das empresas responderam que investiram nessa melhoria. Gera-se a dúvida se houve ou não a aplicação de investimento em tecnologia de informação.

Um dos objetivos do SPED é a redução de custos de papéis. Abordou-se nesta questão se houve realmente esta redução, e os resultados evidenciaram que houve redução desses gastos em 78% das empresas, evidenciando a economia em relação a este fator. Apenas duas microempresas, afirmaram não ter percebido esta redução.

Por outro lado, em relação aos custos administrativos, na maioria das empresas (78%) não se verificou redução após a implantação do SPED, diferente do que se esperava antes da implantação segundo as expectativas da Receita Federal.

Tabela 3 – Análise da redução e investimento com a implantação do SPED

| EMPRESAS | REDUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS | | INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL | | AUMENTO DE QUALIDADE DE INFORMAÇÃO | | COMPENSAÇÕES COM A IMPLANTAÇÃO DO SPED | |
|-------------------|-----------------------------------|------------|--|------------|------------------------------------|------------|--|------------|
| | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | NÃO |
| 1 – ME | | X | X | | X | | | X |
| 2 – ME | X | | X | | X | | | X |
| 3 – ME | | X | X | | X | | | X |
| 4 – ME | | X | X | | X | | | X |
| 5 – ME | | X | X | | | X | X | |
| 6 – ME | | X | X | | X | | | X |
| 7 – EPP | | X | | X | X | | | X |
| 8 – EPP | | X | X | | X | | X | |
| 9 – EPP | | X | | X | X | | X | |
| PERCENTUAL | 11% | 89% | 78% | 22% | 89% | 11% | 33% | 67% |

Segundo a Receita Federal, um dos benefícios do SPED é a redução das obrigações acessórias que favorecerá uma economia de tempo e de custos aos seus contribuintes. Sendo assim, questionou-se aos respondentes se esta redução já foi percebida pelas empresas. Os resultados mostram que 89% afirmam que este benefício ainda não foi alcançado.

Foi abordada também a questão do investimento em capacitação profissional. Os resultados indicaram que 78% das empresas investem em treinamentos de pessoal e apenas 22% não preparam constantemente seus funcionários, alegando que o município não oferece cursos com frequência, tendo que deslocar seus funcionários para cidades distantes. Desta forma fica muito alto o custo para estas empresas, principalmente as microempresas.

A qualidade de informação transmitida ao fisco é muito importante para a perfeita relação entre a empresa e as autoridades tributárias, pois quando há uma boa qualidade na importação e transmissão de dados no SPED, as empresas evitam penalidades (com multas até R\$ 5.000,00). A maioria dos participantes, 89%, afirmou que esta é uma das preocupações constantes das empresas e que com a implantação do SPED esta qualidade de informações melhorou bastante.

As autoridades tributárias têm como objetivo beneficiar não só a sua fiscalização, mas aos contribuintes também. Desta forma, foi questionado aos participantes se realmente foi percebida a compensação dos investimentos aplicados com a implantação do SPED. Percebe-se que, apenas 33% afirmam ter

percebido esta compensação de investimento, enquanto 77% disseram que não houve compensação e que o investimento com SPED é muito alto para os empresários, exigindo aplicações não planejadas para aquele momento.

Tabela 4 – Análise da Capacitação Profissional e impactos do SPED

| | CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR | | IMPACTO DO SPED PARA A EMPRESA | | IMPACTO DO SPED PARA O PAÍS | |
|-------------------|--|-----|-----------------------------------|------------|--------------------------------|----------|
| | SIM | NÃO | POSITIVO | NEGATIVO | POSITIVO | NEGATIVO |
| 1 – ME | X | | X | | X | |
| 2 – ME | X | | X | | X | |
| 3 – ME | X | | | X | X | |
| 4 – ME | X | | | X | X | |
| 5 – ME | X | | X | | X | |
| 6 – ME | X | | X | | X | |
| 7 – EPP | X | | | X | X | |
| 8 – EPP | X | | X | | X | |
| 9 – EPP | X | | X | | X | |
| PERCENTUAL | 100% | | 67% | 33% | 100% | |

Questionou-se ao contador se ele sente preparado para cumprir as exigências do SPED e há investimento em seu escritório com capacitação profissional. E 100% responderam que estão preparados para supervisionar os assuntos relacionados com o SPED e que investem constantemente em treinamentos de seus funcionários.

Sabe-se que uma empresa que tem um Sistema de Gestão Integrado eficiente consegue economizar tempo e dinheiro, pois o trabalho em equipe buscando melhoria da comunicação, permite uma análise geral da empresa promovendo um melhor desempenho evitando conflitos entre os sistemas. Por isso foi perguntado se as empresas possuem um sistema de gestão integrado. Apenas duas microempresas e as três de pequeno porte responderam que possuem um bom sistema de gestão integrado, mas as demais microempresas ainda não possuem.

As duas últimas questões são relacionadas ao impacto do SPED para as empresas e para o país. Na opinião dos entrevistados, o impacto na implantação do SPED para o país foi muito bom, mas reconhecem que não houve este mesmo impacto positivo para as empresas, principalmente para as microempresas.

Através do questionário percebe-se que os custos com a implantação do SPED são muito altos e que algumas microempresas não suportam o choque, apenas as empresas de pequeno porte não sentiram tal impacto e já estão sendo beneficiada através da redução de armazenamento e emissão de papel, redução de horas de trabalho e redução de despesas administrativas.

5 CONCLUSÕES E RESULTADOS

Ao término do estudo, conclui-se que o objetivo de pesquisa foi alcançado, uma vez que foram evidenciados os impactos econômicos na implantação e manutenção do SPED na opinião dos profissionais contábeis.

Os resultados mostram que 80,50% dos participantes afirmam que houve aumento das despesas com a manutenção do SPED. Apesar da preocupação com a manutenção das máquinas e equipamentos ser uma constante nas empresas pesquisadas, foi necessário investir mais ainda, pois com a obrigatoriedade da implantação do SPED em diversas empresas, o serviço do profissional responsável por esta manutenção tornou-se mais cara e rara, devido as constantes alterações deste projeto e o alto custo na capacitação deste profissional.

A manutenção do SPED exige investimentos das empresas em capacitação profissional permanente. E por isso, 78% dos participantes afirmaram que houve um aumento considerável desse investimento, evitando atrasos na entrega das informações ao SPED.

Segundo os entrevistados, para que as empresas pudessem cumprir com as obrigações acessórias exigidas pelo fisco houve a necessidade de investimento em tecnologia, a contratação de funcionários e o aumento de horas de trabalho. 52% afirmaram que após a implantação do SPED os gastos aumentaram bastante.

Para que a manutenção seja eficiente e relevante é necessário à aquisição de máquinas e equipamentos de alta tecnologia e a implantação de um bom sistema de gestão ou ERP (Sistema integrado de gestão empresarial), possibilitando a integração entre todos os setores da empresa. Apenas 22% afirmaram ter investido em tecnologia, porém, investiram na implantação do arquivo digital. Fator muito importante para a perfeita transmissão de informações e um gasto inevitável para implantação do SPED.

Devido à complexidade que é o SPED, houve a necessidade do aumento dos gastos com a contratação de funcionários e conseqüentemente, o aumento de horas de trabalho.

Quanto à redução dos custos, 78% afirmaram que houve uma redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papel, mas que os gastos com a implantação e a manutenção do SPED, foram maiores que a redução

de custos em geral, não havendo dessa forma, compensações dos gastos com a implantação do SPED.

Não houve redução de custos administrativos em 78% das empresas pesquisadas, pelo contrário, houve um aumento desses custos devido à necessidade de contratação de funcionários e aumento de horas de trabalho.

A racionalização e simplificação das obrigações acessórias é um dos objetivos da Receita Federal, promovendo a redução de custos com horas de trabalho e contratação de funcionários, porém, nesta pesquisa, percebe-se que esta redução ainda não foi atingida pela maior parte dessas empresas.

Ao ser confrontado o julgamento do impacto do SPED para as empresas e para o país, verificou-se que, numa visão geral, os participantes afirmam que o impacto para o país foi positivo, pois trouxe benefícios para a sociedade e as autoridades tributárias, mas, para as empresas o impacto não foi o mesmo, pois o custo para implantar o SPED foi muito alto e a sua manutenção também é muito alto, principalmente para as microempresas. Para as empresas de pequeno porte o impacto está sendo positivo e já estão sendo beneficiada, isto se deve ao investimento em tecnologia que já havia antes mesmo da implantação do SPED.

Concluindo-se assim que, para que haja a redução de custos na empresa, primeiramente o empresário terá que se conscientizar da importância deste projeto e que a responsabilidade pela assinatura digital não é apenas do contador, pois as informações transmitidas ao fisco são dadas pela empresa e o contador apenas transmite. Se houver esta consciência, aí sim, ele investirá mais na sua capacitação e de seus funcionários, podendo desta forma, sentir os benefícios propostos pelo projeto.

Conclui-se também nesta pesquisa, que nem todos os profissionais contábeis estão investindo em capacitação pelo fato de ter que deslocar-se e a seus funcionários para outra localidade por não ter cursos na cidade. Salientando-se que as informações adquiridas nesse estudo, limitam-se apenas a essas empresas, não se estendendo a outras empresas.

Para a realização desta pesquisa, houve algumas limitações como encontrar livros e artigos que tratam da questão econômica do SPED. Foi localizado apenas um artigo que trata da redução de custos advindos do SPED.

A contribuição desta pesquisa está na possibilidade de fornecer aos empresários, profissionais contábeis, estudantes de ciências contábeis e demais

interessados, uma visão dos investimentos feitos com a implantação do SPED, a verificação se houve ou não a redução de custos nas empresas.

Pelo fato de ter sido observado que não há a conscientização por parte dos empresários quanto à importância e a obrigatoriedade do SPED, sugere-se um estudo sobre a capacitação do empresário e seus funcionários com a implantação do SPED.

REFERÊNCIAS

ABC71. **SPED - Entrevista exclusiva com Roberto Dias Duarte, autor do primeiro livro sobre SPED.** São Paulo. 2010. Disponível em; <<http://www.abc71.com.br/padrao.aspx?texto.aspx?idcontent=6718>>. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquemático**, 4ª ed. São Paulo: Método, 2010.

BEUREN, I. M. (Organizadora). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969.** Dispõe sobre escrituração e livros mercantis e dá outras providências. Brasília (DF), 1969.

-----. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Institui o Sistema Público de Escrituração digital – Sped. Alterado pelo Decreto nº 7,979, de 8 de abril de 2013. 2013. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em 07 de dezembro de 2014.

-----. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código Civil.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

-----. ITI–Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. **Sobre certificação digital.** Brasília. Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/component/content/article/96-perguntas-frequentes/1743-sobre-certificacao-digital>>. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

CASAROTTO, Cariane. **Análise do Sped sob a perspectiva da gestão da informação contábil.** 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CIGAM SOFTWARE DE GESTÃO (a). **Notícias. Rede Cigam está entre as cinco Melhores Empresas para Trabalhar no Rio Grande do Sul.** 2014. Disponível em: <<http://www.cigam.com.br/noticia/656/rede-cigam-esta-entre-as-cinco-melhores-empresas-para-trabalhar-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

DCI- Diário Comércio Indústria & Serviços. **Na era da contabilidade digital.** 2013.

Disponível em : <<http://www.dci.com.br/especial/na-era-da-contabilidade-digital-id416518.html>>. Acesso em 30 de outubro de 2014.

DePaula Contadores Associados. **Contabilidade. Livros Obrigatórios.** Disponível em: <<http://www.depaulacontadores.com.br/novo/detalhescontabilidade.php?p2=443>>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

DUPONT, Luíz Rogério. **Notícias. Estudo aponta as dificuldades para adequação ao SPED.** In: CIGAM – Software de Gestão. (b). Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <<http://www.cigam.com.br/noticia/321/estudo-aponta-as-dificuldades-para-adequacao-ao-sped/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

FENACON SISTEMA SESCAP/SESCON. **Benefícios e Aplicações da Certificação Digital.** São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/usuarios/arquivos%5Cpublicacoes%5CBenef%C3%ADcios_Aplica%C3%A7%C3%B5es_CD.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

FELICIO, Zulmira. **Sped gera maior investimento.** In: DCI – Diário Comércio Indústria e Serviços. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/especial/sped-gera--maior-investimento-id365044.html>>. Acesso em 04 de dezembro de 2014.

FILHO, Gilberto Magalhães da Silva; RUFINO, Maria Audenôra, GIRÃO, Luiz Felipe de Araújo Pontes; SILVA, Guilherme Henrique Costa da. **Impacto nos custos decorrente da adoção do SPED: uma análise da percepção dos empresários no município de João Pessoa.**

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JÚNIOR, Idalberto José das Neves. OLIVEIRA, Cleide Machado de. CARNEIRO, Eleandro Elias. **Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal.** 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade São Paulo/SP 28 e 29 julho de 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MENI, Carlos. **SPED obriga empresas a renegociar contratos.** In: Administradores Premium. 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/sped-obriga-empresas-a-renegociar-contratos/51173/>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

MIRSHAWKA, Victor; OLMEDO, Napoleão Lupes. **Manutenção – Combate aos Custos da Não eficácia – a vez do brasil**. São Paulo. Makron Books do Brasil Editora Ltda. 1993.

Obrigação tributária – **Direito e Leis**. Disponível em: <[http://www.direitoeleis.com.br/index.php?title=Obrigação tributária&oldid=2224](http://www.direitoeleis.com.br/index.php?title=Obrigação_tributária&oldid=2224)>. Acesso em: 5 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Hugo Moreira de, SILVA, Júlio Orestes da. **Perfil do Profissional Contábil: um Estudo de suas Habilidades**. Congresso UFSC. Controladoria e Finanças & iniciação Científica de Contabilidade. 2014.

RFB - RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999a**. Tributação das pessoas jurídicas. Livro 2 – Parte 1 – Art. 146 a 304.

-----**Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Apresentação**. O que é. 2013b,e. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

-----**Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Objetivos**. 2014c. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

-----**Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Sped Contábil**. 2014d. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>>. Acesso em 07 de setembro de 2014.

-----**Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Histórico**. 2014f,l. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

-----**Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Sped – Contábil. Como funciona**. 2014g. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/como-funciona.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2014.

-----**Sistema Público de Escrituração Digital – Sped – fiscal. O que é**. 2014h. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/o-que-e.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

-----**Sistema público de Escrituração Digital – Sped. NF-e – Ambiente Nacional**. 2014j,m,o. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfe/default.htm>>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

-----. **Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Benefícios.** 2014n. <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>>. Acesso em: 30 de outubro de 2014

-----.**Nota Fiscal eletrônica. Objetivos do Projeto.** 2014i. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#mQhuA1Z2dCo=>>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**, FAETEC/IST – Paracambi, 2007. Disponível em: <http://professor.ucq.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. **O impacto do SPED na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil.** Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 10, n. 29, p. p. 09-26, 2011.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Curso Bacharelado em Ciências Contábeis

Prezado (a) Senhor (a):

Sou acadêmica do último semestre de Ciências contábeis e estou realizando a pesquisa “IMPACTOS ECONÔMICOS NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED”, e gostaria de sua contribuição. Por questões éticas você não precisa se identificar. Suas respostas serão utilizadas apenas na análise de dados para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Obrigada pela colaboração.

Iêda Silva de Carvalho

QUESTIONÁRIO

1- Qual o ramo de atividade da empresa em questão?

| | |
|--|---------------------|
| | Comércio varejista |
| | Comércio atacadista |
| | Serviço |
| | Indústria |

2- De acordo com o código tributário municipal, a empresa pesquisada é considerada:

| | |
|--|--------------------------------|
| | Microempresa (ME) |
| | Empresa de Pequeno Porte (EPP) |
| | Empresa de Médio Porte |
| | Empresa de Grande Porte |

3- Com a implantação do SPED houve aumento de horas de trabalho para cumprir com as obrigações tributárias?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

4- Os sistemas de informações e a infraestrutura da tecnologia de informação é a mesma utilizada antes do surgimento do SPED?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

5- O SPED exige uma manutenção constante do sistema de informação evitando falhas que possam a vir ocorrer nas máquinas e equipamentos. Esta manutenção aumentou pós SPED?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

6- A empresa aumentou os gastos com honorários contábeis?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

7- Quais dos benefícios propostos pelo SPED e os documentos eletrônicos (NFe, CT e NFSe) puderam ser percebidos no dia-a-dia da empresa?

| | |
|--|---|
| | Redução de custos |
| | Redução do tempo no processo de escrituração contábil |
| | Redução da concorrência desleal (decorrente do aumento da fiscalização) |
| | Melhorias no relacionamento com clientes e fornecedores |

8- Com a adequação ao SPED houve aumento do número de pessoas responsáveis com o cumprimento das obrigações tributárias?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

9- Qual o percentual do faturamento da empresa é destinado ao cumprimento das obrigações tributárias?

| | |
|--|----------------|
| | Até 10% |
| | Entre 10 e 20% |
| | Entre 30 e 40% |
| | Maior que 40% |

10- Você se sente preparado para supervisionar os trabalhos contábeis em assuntos relacionados ao SPED?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

11-Com relação ao arquivamento de documentos digitais, a empresa adotou melhorias para garantir a perfeita qualidade do serviço?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

12-Um dos objetivos do SPED é a redução de custos em relação a emissão e armazenamento de documentos em papéis. Esta redução ocorreu na empresa?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

13-O SPED de alguma forma reduziu custos administrativos da empresa?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

14-A Receita Federal pretende reduzir os custos em relação a racionalização e simplificação das obrigações tributárias. Este benefício já foi sentido na empresa?

| | |
|--|-----------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo) |

15-O custo com treinamentos de pessoal para o cumprimento das obrigações tributárias do SPED foram (ou estão sendo) muito altos?

| | |
|--|-----|
| | Sim |
| | Não |
| | |

16-Em relação a empresa, você acha que o custo da implantação foi compensado por economia advindas do SPED?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

17-Houve uma maior preocupação na qualidade das informações a serem fornecidas para as autoridades tributarias?

| | |
|--|------------------------|
| | Sim |
| | Não |
| | Comentário (optativo): |

18-Qual a sua opinião sobre o impacto do SPED para a empresa?

| | |
|--|------------------------|
| | Positivo |
| | Negativo |
| | Comentário (optativo): |

19-E de uma maneira geral, qual o impacto do SPED para o país?

| | |
|--|------------------------|
| | Positivo |
| | Negativo |
| | Comentário (optativo): |

Questão extra por telefone:

20 -A empresa possui um Sistema de Gestão Integrado?